

Sumário

Introdução.....	1
1. Discutindo o Direito: uma Necessária Contextualização	5
1.1 Da sociedade Moderna à sociedade Pós-Moderna	6
1.2 Breve resgate histórico do Positivismo Jurídico	24
1.2.1 Da Escola da Exegese às Escolas Sociológicas	28
1.2.2 Positivismo jurídico legalista	34
1.2.3 Críticas ao Positivismo Jurídico Legalista	38
1.3 Pós-Positivismo Jurídico	41
1.3.1 Pós-positivismo e Assessoria Jurídica Popular.....	54
1.4 Neoconstitucionalismo(s)	56
1.4.1 O fenômeno do Ativismo Jurídico no Brasil	60
1.5 O Neoconstitucionalismo Latino-Americano	65
2. Fundamentação Teórica da Assessoria Jurídica Popular	73
2.1 Teorias Jurídicas Críticas	73
2.2 Direito Alternativo.....	82
2.3 Pluralismo Jurídico Comunitário-Participativo.....	90
2.4 Fundamentando teoricamente a Assessoria Jurídica Popular a partir das categorias de Boaventura de Sousa Santos.....	102

3. Assessoria Jurídica Popular: uma Práxis Emancipatória.....	117
3.1 Histórico da Assessoria Jurídica Popular	118
3.2 Tipologias de Assessoria Jurídica Popular.....	124
3.3 Sujeitos envolvidos	132
3.3.1 Os Assessores Jurídicos Populares	132
3.3.2 Os Novos Sujeitos Coletivos de Direito	136
3.4 Características da Assessoria Jurídica Popular.....	143
3.5 Pressupostos da Assessoria Jurídica Popular	150
3.5.1 O Direito como instrumento de transformação social e emancipação humana	151
3.5.2 A ampla concepção de acesso à justiça.....	159
3.5.3 A Educação Popular como abordagem pedagógica para uma educação emancipatória em direitos humanos.....	167
3.5.3.1 Educação Popular em Direitos Humanos.....	173
3.6 Objetivos da Assessoria Jurídica Popular:	175
3.6.1 Efetivação dos direitos humanos	175
3.6.2 Construir uma nova cultura jurídica a partir da crítica ao ensino jurídico tradicional	190
3.6.3 Ampliar a participação dos assessorados nos processos democráticos – expandindo a democracia de alta intensidade (democracia participativa).....	198

4. Experiências de Assessoria Jurídica Popular	215
4.1 Registro da pesquisa documental sobre o Mapa Territorial, Temático e Instrumental da Assessoria Jurídica e Advocacia Popular no Brasil	217
4.2 Os caminhos da pesquisa campo	222
4.2.1 Primeiro Eixo: diálogos com o articulador da RENAP/CE.....	224
4.2.2 Segundo Eixo: as experiências de advocacia popular do Ceará.....	229
4.2.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	229
4.2.2.2 Centro de Defesa da Criança e Adolescente – CEDECA/CE	235
4.2.2.3 Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA.....	242
4.2.3 Terceiro Eixo: o Centro de Assessoria Jurídica Universitária – CAJU.....	248
Conclusão	255
Referências	263